

em atendimento à consulta formalizada pelo Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, no qual se posicionou pela inaplicabilidade do §3º do art. 203 da Lei Estadual n. 5.301/1.969, em face do reconhecimento da inconstitucionalidade do referido dispositivo pelo Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na Arguição de Inconstitucionalidade n. 1.0024.12.020184/002. 1.7 em razão de o requerente ter sido absolvido, nos termos do que foi disposto no subitem 1.4, e, em face da inaplicabilidade do §3º do art. 203 da Lei Estadual n. 5.301/1969, restou-lhe aplicável o §1º do referido dispositivo, dando-lhe o direito à retroação da promoção trintenária à data de seu afastamento. 2. Resolve: 2.1 Tornar sem efeito o Título de Transfêrência para a Reserva publicado no Diário Oficial Minas Gerais n. 70, de 16/04/2015 e transcrito no BGPM n. 28, de 16/04/2015; 2.2 conceder a promoção trintenária à graduação de 2º Sargento PM ao n. 091.279-0. 3º SGT QPPM João Ildeu Barbosa, do 51º BPM, a partir de 21/09/2014, data de seu afastamento, e transferi-lo para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada a partir de 22/09/2014, nos termos do art. 136, §1º c/c arts. 104; 108; 159, §2º, II e §4º, 203, §1º; 220, todos da Lei Estadual n. 5.301/69, com as alterações da Lei Complementar n. 109, de 23/12/2009; arts. 31, §4º; 39, §11 e arts. 112, 117 e 122 (ADCT), todos da Constituição Estadual/89, alterada pelas Emendas à Constituição n. 57/2003 e 59/2003, com os proventos integrais de sua graduação, em conformidade com o art. 2º, II, da Lei Delegada Estadual n. 37, de 13/01/1989 c/c art. 1º, §§1º, 2º e 3º, da Lei Delegada Estadual n. 43, de 07/06/2000; 2.3 determinar ao Chefe do CAP que adote as seguintes medidas: 2.3.1 encaminhar o presente ato para fins de publicação no Minas Gerais e BGPM; 2.3.2 cientificar o requerente; 2.3.3 arquivar o presente ato.

O Coronel PM Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 6º, inciso VII, do Regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 18.445, de 15 de abril de 1.977 (R-100), e nos termos do art. 207 da Lei Estadual nº 5.301, de 16 de outubro de 1969 (EMEMG) c/c art. 2º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 46.298, de 19 de agosto de 2013 (RPP) e art. 1º, inciso III, do Decreto Estadual n. 36.885, de 23 de maio de 1995, e: 1 Considerando que: 1.1 o n. 105.926-0, Cb QPR Marcelo dos Santos Silva, do 33º BPM, protocolizou junto à Administração Militar seu requerimento de promoção por tempo de serviço e promoção trintenária; 1.2 o requerente foi promovido à graduação de Cabo PM em 02/04/2004; 1.3 o requerente concluiu com êxito o Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS/2013), deixando de ser promovido à graduação de 3º Sargento PM por motivo de, na época, ter estado enquadrado nas restrições do art. 214 c/c art. 203, inciso IX, alínea “a” da Lei Estadual n. 5.301, de 16 de outubro de 1.969, que assim dispõe: Lei Estadual n. 5.301/1969 – EMEMG Art. 203. Não concorrerá à promoção nem será promovido, embora incluído no quadro de acesso, o Oficial que: (...) IX - estiver preso à disposição da justiça ou sendo processado por crime doloso previsto: a) em lei que comine pena máxima de reclusão superior a dois anos, desconsideradas as situações de aumento ou diminuição de pena; Art. 214. A promoção por tempo de serviço é devida ao Soldado de 1ª Classe que tenha, no mínimo, oito anos de efetivo serviço e ao Cabo que tenha, no mínimo, oito anos de efetivo serviço na mesma graduação, observado o disposto nos incisos I, II e IV do caput do art. 186, nos arts. 187, 194, 198 e nos incisos I a VII e IX do caput e nos parágrafos do art. 203. 1.4 o requerente foi absolvido nos autos do processo criminal n. 0999849-51.2008.8.13.0114, oriundo do juízo da 2ª Vara Criminal/VEP da Comarca de Ibirité/MG, com fundamento no art. 386, inciso V, do Decreto-Lei Federal n. 3.689, de 03 de outubro de 1.941, Código de Processo Penal – CPP, com sentença transitada em julgado em 23/01/2018, conforme Certidão datada de 04/04/2018, acostada ao seu requerimento: Decreto-Lei Federal n. 3.689/1.941- CPP Art. 386. O juiz absol verá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...) V – não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal; 1.5 o requerente foi transferido, voluntariamente, para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada a partir de 20/11/2015, data de seu afastamento, conforme publicação contida no Diário Oficial Minas Gerais n. 205, de 11/11/2016 e BGPM n. 85, de 17/11/2016, sem direito à promoção trintenária à graduação imediata em razão de estar, naquela data, incurso no impedimento de promoção trintenária insculpido na alínea “a” do inciso IX do art. 203 c/c o inciso IV do art. 220, ambos da Lei Estadual n. 5.301, de 16 de outubro de 1969: Lei Estadual n. 5.301/1.969 – EMEMG Art. 203. Não concorrerá à promoção nem será promovido, embora incluído no quadro de acesso, o Oficial que: (...) IX - estiver preso à disposição da justiça ou sendo processado por crime doloso previsto: a) em lei que comine pena máxima de reclusão superior a dois anos, desconsideradas as situações de aumento ou diminuição de pena; Art. 220. Ao completarem trinta anos de serviço, quando de sua transferência para a reserva, a praça da ativa será promovida à graduação imediata, e o Subtenente, ao posto de 2º Tenente, desde que: (...) IV - não se enquadrem nas situações previstas no art. 203 desta Lei.(...) 1.6 a absolvição do requerente nos autos do processo criminal, mencionado no subitem 1.4 do presente ato, elidiu o impedimento de promoção por tempo de serviço à graduação de 3º Sargento PM que lhe era desfavorável, fazendo com que o mesmo tenha direito a ser promovido com retroação a 05/12/2013, data da conclusão do CEFS/2013, nos termos do §1º do art. 203, da Lei Estadual n. 5.301/1969 – EMEMG, verbis: Lei Estadual n. 5.301/1.969 – EMEMG Art. 203 – omissis. (...) § 1º O Oficial incluído no quadro de acesso que for alcançado pelas restrições dos incisos III e IX e, posteriormente, for declarado sem culpa ou absolvido por sentença penal transitada em julgado será promovido, a seu requerimento, com direito a retroação. 1.7 a absolvição do requerente elidiu, também, o impedimento de promoção trintenária que lhe era desfavorável, fazendo com que o mesmo tenha direito a ser promovido à graduação imediata com retroação a 19/11/2015, véspera de seu afastamento para aguardar transferência para a reserva remunerada. 2. Resolve: 2.1 Tornar sem efeito o título de transferência para a reserva remunerada publicado no Diário Oficial Minas Gerais n. 205, de 11/11/2016 e transcrito no BGPM n. 85, de 17/11/2016; 2.2 Promover, por tempo de serviço, à graduação de

3º Sargento PM, o n. 105.926-0, Cb QPPM Marcelo dos Santos Silva, do 33º BPM, a partir de 05/12/2013; 2.3 Promovê-lo à graduação de 2º Sargento PM, a partir de 19/11/2015, transferindo-o para o Quadro de Praças da Reserva Remunerada, a partir de 20/11/2015, data de seu afastamento, em conformidade com os arts. 104, 108, 136, §1º; 159, §2º, II e §4º; 162; 203, §1º; 220, da Lei Estadual n. 5.301/1.969, art. 31, §4º, art. 36, §7º; art. 39, §11; art. 112 e art. 122 (ADCT), todos da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1.989, alterada pelas Emendas à Constituição Estadual n. 57/2003 e n. 59/2003, com os proventos integrais de sua graduação em conformidade com o art. 2º, inciso II, da Lei Delegada Estadual n. 37, de 13 de janeiro de 1989, c/c o art. 1º, §§1º, 2º e 3º, da Lei Delegada Estadual n. 43, de 07 de junho de 2000; 2.4 determinar ao Diretor de Recursos Humanos a adoção da seguinte medida: 2.4.1 providenciar o lançamento, no Sistema Informatizado de Recursos Humanos – SIRH, da promoção por tempo de serviço do requerente, após a publicação do presente ato; 2.5 determinar ao Chefe do Centro de Administração de Pessoal a adoção das seguintes medidas: 2.5.1 providenciar a publicação deste ato no Diário Oficial Minas Gerais e no Boletim Geral da Polícia Militar; 2.5.2 providenciar o lançamento, no SIRH, da promoção trintenária do requerente e daquilo que dela for decorrente; 2.5.3 juntar o presente ato ao processo de contagem de tempo de serviço do militar; 2.5.4 cientificar o interessado.

20 1111566 - 1

PORTARIA CONJUNTA IEF/PMMG Nº 28, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Delega competência para a prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito da unidade executora 2100016 do Instituto Estadual de Florestas.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS e o COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR no uso de suas atribuições, RESOLVEM:

Art. 1º - Delegar aos servidores constantes deste artigo, o ato de ordenar despesas, em todas as suas fases, respeitado o princípio da segregação de funções, até o limite dos créditos autorizados à conta da Ação 4424 na Unidade Executora 2100016 do IEF: a) Tenente Coronel PM Juliano Messias da Silva, CPF 821.670.286-87, Número PMMG 106.778-4. Art. b) Tenente Coronel PM Didier Ribeiro Sampaio, CPF 761.700.206-87, Número PMMG 109.516-5. Art. 2º - Delegar ao servidor relacionado abaixo a função de responsável técnico, no âmbito da unidade executora 2100016: a) Capitão PM Everaldo Almeida Brasileiro – CPF 045.083.456-54, Número PMMG 132.009-2 Art. 3º. O ato de delegação perdurará até 11 de maio de 2021. Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de Junho de 2018.

Henri Dubois Collet  
Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas

Coronel da Polícia Militar Helbert Figueiró de Lourdes  
Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

20 1111748 - 1

## Instituto de Previdência dos Servidores Militares

Diretor-Geral: Cel PM QOR Vinicius Rodrigues de Oliveira Santos

ATO DO DIRETOR DE PREVIDÊNCIA A Diretora de Previdência IPSM, usando das atribuições legais, resolve incluir no quadro de pensionistas do IPSM, no mês de agosto/17, os seguintes beneficiários, nos termos dos Arts. 2º e 23 da Lei 10.366/90, com a redação dada \*Pensionista: Maria das Graças Peixoto Moreira Lopes, Segurado: Anelino Lopes: 018.579 Registre-se e publique-se. Belo Horizonte, 19 de junho de 2018 (a) RITA DE CÁSSIA ANDRADE FERREIRA - CEL BM QOR Diretora de Previdência

20 1112013 - 1

ATO DO DIRETOR DE PREVIDÊNCIA - RETIFICAÇÃO A Diretora de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, usando das atribuições conferidas pelo Art. 20, Inciso III, do Regulamento aprovado pelo Decreto N.º 45.741, de 22 de setembro de 2011, resolve retificar a inclusão de pensão do seguintes beneficiários do IPSM, nos termos dos Arts. 2º e 23 da Lei 10.366, de 28 de novembro de 1990, com a redação dada pela Lei 13.962, de 27 de julho de 2001 e modificações posteriores: Publicado no Minas Gerais – Nº 42, de 06/03/2018: Onde se lê: \* Pensionista: Maria Aparecida Gomes da Silva, Segurado: Silvio Pereira da Silva Alves, Matrícula: 034.946, leia-se: \*Pensionista: Maria Aparecida Gomes da Silva, Segurado: Silvio Pereira da Silva, Matrícula: 034.946/\*Pensionista: Maria das Graças Alves Aleluia, Segurado: Francisco Aleluia, Matrícula: 052.681, leia-se: \*Pensionista: Maria das Graças Aleluia, Segurado: Francisco de Aleluia, Matrícula: 052.681/ Registre-se e publique-se. Belo Horizonte, 19 de junho de 2018.

(a) Rita de Cássia Andrade Ferreira - CEL BM QOR Diretora de Previdência

20 1112011 - 1

561 - no uso das atribuições de seu cargo e para fins de regularização do Sistema de Administração de Pessoal – SISAP, nos termos do artigo 93 da Lei Complementar nº. 129, de 08 de novembro de 2013, concede progressão aos servidores adiante relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro das carreiras Policiais Civis:

Dados Do Servidor		Situação Atual			Posicionamento	
MASP	Nome Servidor	Carreira	Nível	Grau	Grau	Vigência
11740693	Rodrigo Vieira Antunes Oliveira	DL	TITUL	B	C	12/03/2018
3864493	Norberto Jose de Almeida	IP-II	III	C	D	28/05/2018

562 - no uso de suas atribuições, afasta para promoção de campanha eleitoral, nos termos da Lei Complementar nº 64/90, Artigo 1º, II, Alínea “L”, no período de 30/05/2018 a 24/06/2018, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens do cargo, o servidor:

Masp	Nome	Cargo
458.187-2	Christiano Augusto Xavier Ferreira	Delegado De Policia Nivel Especial

19 1111372 - 1

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças  
Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal  
OPÇÃO DE VENCIMENTO

Nos termos do artigo 6º, inciso II, da Lei 17.357/08, o(s) servidor(es) faz(em) opção:

Masp: 1.194.619-1, Arnaldo Gomes de Oliveira Filho, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 50% sobre a remuneração do cargo em comissão de DAD-4, código PC 1102271, a partir de 06/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 667.719-9, Alan Mac Gerald de Souza, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Chefe da Seção de Pagamento de Pessoal, código CHA1, símbolo PC-01, a partir de 09/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.369.147-2, Leticia Alves Pereira, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Analista da Polícia Civil, Nivel I, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Secretário Executivo, código SCEX, símbolo PC-01, a partir de 09/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.242.384-4, Alysson Ribeiro de Souza, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel I, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Registros Diversos, código CHD5, símbolo PC-05, a partir de 09/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.111.424-6, André Godoy Campos, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Perito Criminal, Nivel II, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Chefe da Seção Técnica de Pericias de Crimes Contra a Vida, código CHA3, símbolo PC-03, a partir de 12/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.074.920-8, Heuber Dornas Pereira, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Perito Criminal, Nivel II, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Pericias Especializadas, Código CHD5, Símbolo PC-05, a partir de 12/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 370.164-6, Breno Coelho Nepomuceno, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor de Detetives, Código SISP, Símbolo PC-02, a partir de 12/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 546.545-5, Anderson de Assunção Marcelos, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel III, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor de Detetives, Código SISP, Símbolo PC-02, a partir de 13/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 298.516-6, Roberto Robini, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Inspetor Adjunto de Detetives, código ISPA, símbolo PC-04, a partir de 13/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.112.516-8, Marcelo de Oliveira, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Inspetor de Detetives, código ISPD, símbolo PC-03, a partir de 14/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 370.147-1, Alexandre Antônio de Almeida, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Inspetor de Detetives, código ISPD, símbolo PC-03, a partir de 19/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 374.718-5, Oscar Pinheiro Nicolai, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Perito Criminal, Nivel III, mais 50% sobre a remuneração do cargo em comissão de DAD-4, código PC1102260, a partir de 22/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 387.581-2, José Maria Monteiro Godinho, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Inspetor de Detetives, código ISPD, símbolo PC-03, a partir de 23/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 349.309-5, Rodney Andrade de Melo, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel III, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor de Detetives, código SISP, símbolo PC-02, a partir de 27/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.061.221-6, Valmir Valverde da Costa, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Investigador de Polícia II, Nivel III, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Inspetor de Detetives, código ISPD, símbolo PC-03, a partir de 27/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.351.891-5, Guilhermes Aragão Carvalho Costa, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Técnico Assistente da Polícia Civil, Nivel I, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Chefe do Serviço de Auditoria, código CH04, símbolo PC-04, a partir de 06/04/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.332.964-4, Marco Aurélio de Oliveira Resende, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Delegado de Polícia, Nivel Titular, mais 50% sobre a remuneração do cargo em comissão de DAD-6, código PC1101010, a partir de 15/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 349.459-8, Monica de Barros Monteiro, pelo vencimento do seu cargo em comissão de DAD-7, código PC 1100209, a partir de 15/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 387.548-1, Emerson Mota Rocha, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor Detetives, código SISP, símbolo PC-02, a partir de 20/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.188.443-4, Carolina Bechelany Batista da Silva, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Delegado de Polícia, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Coordenação, código AS06 CD31, símbolo PD-02, a partir de 06/04/2018, data de seu requerimento.

Masp: 346.205-8, Renato Simões Nabak, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor Detetives, código SISP, símbolo PC-02, a partir de 27/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.061.175-4, Matheus Cobucci Salles, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Delegado de Polícia, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Coordenador de Operações, código COTA CD13, símbolo PD-01, a partir de 28/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.145.093-9, Aloisio Daniel Fagundes, pelo vencimento do seu cargo efetivo de Delegado de Polícia, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Coordenador de Polícia Civil, código COA6 CD23, símbolo PD-02, a partir de 28/03/2018, data de seu requerimento.

Masp: 458.105-4, Cristiano Carlos Ribeiro, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel III, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor Detetives, código SISP, símbolo PC-02, a partir de 18/04/2018, data de seu requerimento.

Masp: 1.352.888-0, Rosilene Agda Pereira da Silva, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Técnico Assistente da Polícia, Nivel I, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Chefe da Seção de Pessoal, código CHA1, símbolo PC-01, a partir de 25/04/2018, data de seu requerimento.

Masp: 298.422-7, Luiz Carlos Ferreira, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Delegado de Polícia, Nivel Geral, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subcoordenador Geral de Polícia,

código SC06 CD16, símbolo PD-02, a partir de 26/04/2018, data de seu requerimento.

Masp: 386.417-0, Lilian Alves de Carvalho, pelo vencimento do seu cargo efetivo de, Investigador de Polícia II, Nivel Especial, mais 20% sobre a remuneração do cargo em comissão de Subinspetor Detetives, código SISP, símbolo PC-02, a partir de 04/05/2018, data de seu requerimento.

Leticia Baptista Gamboge Reis  
Delegado Geral de Policia  
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças

19 1111365 - 1

Atos Assinados pelo Senhor Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais

70.042 - no uso de suas atribuições, suspende os efeitos do Ato de remoção ex officio nº 66.169, que removeu Edgar da Silva Magalhães, Masp 1.188.509-2, Delegado de Polícia, código DL, nível Especial, para a Delegacia de Polícia Civil de Monte Azul, em atendimento a decisão prolatada pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos autos da Apelação Cível nº 1.0000.18.049198-7/000, reestabelecendo a limitação de seus autos do Mandado de Segurança, processo nº 1.000.16.026819-9/000.

70.043 - no uso de suas atribuições, suspende os efeitos do Ato de nº 69.736, que removeu Marcus Vinicius Vieira Rodrigues, Masp 1.112.701-6, Delegado de Polícia Titular, código DL,, para a Delegacia de Polícia Civil de Piranga, em cumprimento a decisão proferida no Mandado de Segurança nº 5069930-81.2018.8.13.0024.

19 1111504 - 1

## Editais e Avisos

### COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS

#### EXTRATOS DE CONTRATO

Extrato do Contrato nº 10306. Modo disputa fechado, melhor conteúdo artístico nº 09/17. Processo Interno nº 4701/17. Base legal: Lei 13.303/16. Contratado: CENTRO DE APOIO SOCIOCULTURAL E ARTÍSTICO REAL. CNPJ nº 09.517.187/0001-70. Objeto: Premiação de associação ou cooperativa de artesanato para fortalecimento e fomento do artesanato mineiro. Prazo de Vigência: 18/03/19 Valor Global: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais). Data da Assinatura: 19/06/18.

Extrato do Contrato nº 10307. Inexigibilidade de Licitação. Processo Interno nº 118/18. Base Legal: Art. 30 da Lei 13.303/16. Contratado: IMAGEM GEOSISTEMAS & COMÉRCIO LTDA. CNPJ nº 67.393.181/0001-34. Objeto: Prestação de serviços de manutenção de licença de software ARCGIS SERVER ENTERPRISE WORKGROUP. Prazo de Vigência: 15 meses. Valor Global: R\$ 30.647,62 (trinta mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos). Data da Assinatura: 20/06/18.

Extrato do Contrato nº 10308. Pregão Eletrônico nº 25/18. Processo Interno nº 107/18. Base Legal: Lei 13.303/16. Contratado: RHINO VIGILÂNCIA PATROMINIAL LTDA, CNPJ nº 21.709.515/0001-35. Objeto: Prestação de serviços de vigilância armada para atuar em imóvel no Bairro Olhos D'água. Prazo de Vigência: 12 meses. Valor Global: R\$ 259.800,00 (Duzentos e cinquenta e nove mil e oitocentos reais). Data da Assinatura: 14/06/18.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 10069. Processo Interno nº 431/17. Contratado: GEOSTRUTURAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, CNPJ nº 02.213.760/0001-02. Objeto: Modificações qualitativas e quantitativas do objeto do contrato; Prorrogação do prazo de vigência por 40 dias a partir de 15/09/18; Decréscimo do valor contratual para R\$135.583,43. Data da Assinatura: 14/06/18.

Extrato do Contrato nº 10309. Dispensa de Licitação. Processo Interno nº 15/18, Base Legal: Art. 29, XVI, da Lei 13.303/16. Contratado: MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, CNPJ nº 18.715.383/0001-40. Objeto: Cessão de direito de uso, a título gratuito, de imóvel urbano constituído por lote e galpão de área de 450m², lote 03, quadra 139, matrícula 70.983 - 6ª CRI-BH. Data da Assinatura: 15/06/18.

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 4288. Processo Interno nº 646/15. Contratado: FOKRO AMBIENTAL E ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 09.615.795/0001-17. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias a partir de 20/07/18. Data da Assinatura: 20/06/18.

10 cm - 20 1112148 - 1

### SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS

#### EXTRATO DO TERMO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO Nº 008/2018

Partes: O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Governo, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Municipais e o Lar Senhor Bom Jesus.

Objeto: Confissão de dívida devido às irregularidades na execução do Convênio nº 1491003156/2015/SEGOV/PADEM, objetivando a devolução dos recursos não aplicados. Valor: o débito apurado, atualizado e corrigido é de R\$56.380,50. Assinatura: 20/06/2018.

2 cm - 20 1112059 - 1

#### EXTRATO DO TERMO DE CONFISSÃO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO Nº 009/2018

Partes: O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Governo, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Municipais e a Prefeitura Municipal de Marmelópolis. Objeto: Confissão de dívida, devido às irregularidades na execução da parceria do Convênio nº 457/2013, objetivando a devolução dos recursos não aplicados e apurados quando da prestação de contas. Valor: o débito apurado, atualizado e corrigido é de R\$ 151.995,73. Assinatura: 20/06/2018.

3 cm - 20 1112063 - 1

#### EXTRATO DE DOAÇÃO

Termo de Doação Eletrônico nº 1258/2018 – PROCESSO SEI Nº 1490.01.0001227/2018-65 - Partes: SEGOV e o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG. Doação em caráter definitivo e sem encargos de 10 itens (CADEIRA DE RODAS) no valor total de R\$6.200,00. Vigência: A partir da data de publicação do seu extrato na Imprensa Oficial. Assinam: Francisco Eduardo Moreira e Marco Antonio Viana Leite, pelo doador e João Carlos Nogueira de Castilho, pelo donatário.

3 cm - 20 1112118 - 1

## Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Chefe da Polícia Civil: João Octacílio Silva Neto

### Expediente

Superintendência De Planejamento, Gestão E Finanças  
Atos Assinados pelo Senhor Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

557 - no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 93 da Lei Complementar n.º 129, de 08 de novembro de 2013, torna sem efeito a progressão do servidor adiante relacionado, para fins de regular